

Presidente convoca equipe econômica para discutir propostas do ajuste fiscal

Aumento do CPMF é considerado indispensável para equilíbrio das contas públicas

Leandra Peres e Odail Figueiredo

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso convocou a equipe econômica para discutir as propostas do ajuste fiscal que servirá de base para o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em torno de um pacote de ajuda financeira de US\$ 30 bilhões ao Brasil. À tarde, ainda antes de deixar a Bahia, onde descansou durante o fim de semana prolongado, o presidente convocou a equipe para uma reunião no Palácio da Alvorada, mas até às 20h30 ainda não havia chegado a Brasília. Havia possibilidade de a reunião ser transferida para a manhã de hoje.

Segundo o Planalto, o presidente tem pressa de definir o pacote porque viaja na sexta-feira a Portugal para a Cúpula Ibero-americana, e só volta na segunda-feira, um dia antes do prazo que ele mesmo fixou para que as medidas lhe sejam apresentadas de forma completa. Ontem, a equipe passou novamente o dia reunida para discutir as propostas, desta vez com a presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

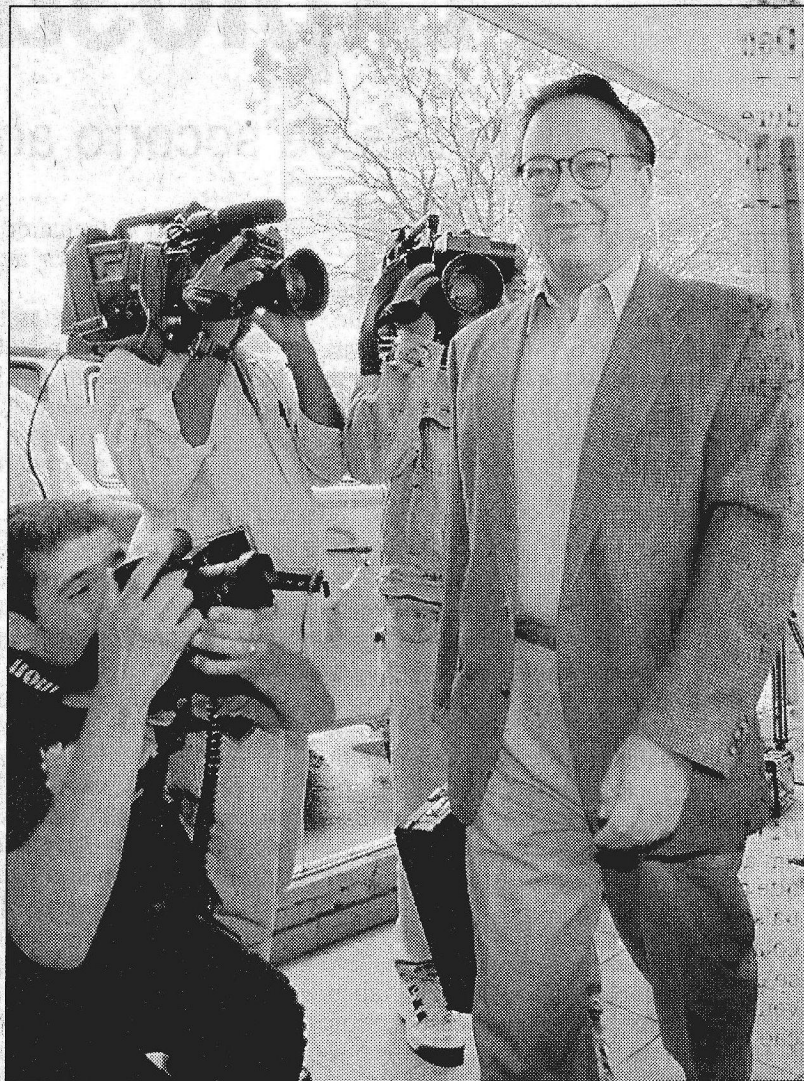
— Só vamos anunciar as medidas quando todas elas estiverem concluídas, e de uma só vez. Vamos anunciar tudo junto até o dia 20 — disse o secretário-executivo

do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, também esteve ontem no Ministério da Fazenda. Ele participou da reunião durante a manhã e informou que foram analisados os impactos da Reforma da Previdência no resultado das contas públicas. A preocupação do Governo é justificada. Este ano, o déficit do INSS acumulado até agosto já atinge R\$ 3 bilhões e o pagamento das aposentadorias e benefícios dos servidores públicos registra um rombo de R\$ 11,5 bilhões até agora.

Uma fonte da equipe garantiu que o aumento do imposto de renda das pessoas físicas para 30%, ao contrário do que se especula no mercado, não faz parte das alternativas em estudo. A prorrogação da atual alíquota de 27,5% até 2001, entretanto, é tida como quase certa pelo Governo. A fonte confirmou que aumentos de outros tributos, como a CPMF, que deve subir de 0,2% para 0,3%, são indispensáveis para que o Governo consiga obter um superávit primário (receitas menos despesas sem contar gastos com juros) entre R\$ 22 bilhões e R\$ 26 bilhões no próximo ano, conforme ficou acertado com o FMI. Outros cortes de gastos estão sendo analisados. ■

Givaldo Barbosa



MALAN CHEGA para reunião do ajuste: medidas anunciadas de uma só vez